



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

SUMAIA GALLI SAMPAIO

**A ORDEM VERBO-SUJEITO NO PORTUGUÊS DO BRASIL:
ASPECTOS RELACIONADOS À CONCORDÂNCIA E À (IN)TRANSITIVIDADE
VERBAL**

Brasília
2013

SUMAIA GALLI SAMPAIO

A ORDEM VERBO-SUJEITO NO PORTUGUÊS DO BRASIL:

ASPECTOS RELACIONADOS À CONCORDÂNCIA E À (IN)TRANSITIVIDADE

VERBAL

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa - Revisão de Texto

Orientador: Prof.^a Dr.^a POLIANA CAMARGO RABELO

Brasília
2013

SUMAIA GALLI SAMPAIO

A ORDEM VERBO-SUJEITO NO PORTUGUÊS DO BRASIL: ASPECTOS RELACIONADOS À CONCORDÂNCIA E À (IN)TRANSITIVIDADE VERBAL

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua
Portuguesa – Revisão de texto

Orientador: Prof.^a Dr.^a POLIANA
CAMARGO RABELO

Brasília, ____ de _____ de 2013.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Tânia Cristina da Silva Cruz

Prof. Dr. Marcus Vinícius da Silva Lunguinho

Aos meus filhos,
Clarice e Vladimir.
E à memória do meu pai, pelos valiosos
ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pela compreensão, pelo apoio e pela ajuda incondicional.

Ao Solano, pelo incentivo e por me fazer acreditar que tudo é possível.

À minha mãe querida, Glória, pelo exemplo de força, luta e dignidade.

À minha sogra, também querida, Dulcenéa, que, desde o início, me incentivou e me ajudou muito.

Aos amigos que sempre estiveram por perto. Obrigada pela força e pela companhia.

A Poliana, pelos ensinamentos e, principalmente, pela amizade.

A Violeta — cunhada, amiga, irmã —, simplesmente por tudo!

A Sinara, pelos bons papos e também pelo valioso empréstimo.

Ao Carlos, da unidade de apoio à monografia, pela paciência e pelo respeito.

RESUMO

A partir da visão da gramática normativa e da teoria gerativa, este trabalho explora a ordem verbo-sujeito no português do Brasil, apresentando diversos fatores para que a inversão dos termos seja considerada legítima na língua portuguesa, e os aspectos relativos à concordância verbal em orações com sujeito pós-verbal. As hipóteses da inacusatividade e da transitividade verbal constituem o objetivo da pesquisa no que diz respeito à ordem verbo-sujeito. Sob a perspectiva da teoria gerativa e dos estudos variacionistas, observa-se o comportamento do sujeito posposto em relação à concordância verbal em estruturas invertidas, com a ordem verbo-sujeito-objeto, verbo-objeto-sujeito, objeto-verbo-sujeito, e em estruturas na voz passiva. Os resultados dessa análise permitem concluir que o tipo de verbo não é fator determinante para considerar uma oração gramatical ou não e que, do ponto de vista gerativista, é possível o apagamento da concordância entre o verbo e o sujeito posposto, de acordo com a hipótese de rebaixamento do sujeito.

Palavras-chave: Gramática normativa. Teoria gerativa. Ordem verbo-sujeito. Concordância verbal.

ABSTRACT

Considering both traditional grammar and generative grammar approaches, this work focuses on verb-subject order in Brazilian Portuguese sentences, specially the several factors involved in the licensing of subject inversion, and on verbal agreement with post-verbal subjects. On one hand, the main aim of the present work is to discuss the role of unaccusative and transitive verbs in the licensing of verb-subject order. On the other hand, the work aims to discuss the agreement aspects of the post-verbal subjects in verb-subject-object, verb-object-subject, object-verb-subject, and passive sentences, considering generative and variationist studies. Based on the previous studies on the verb-subject order, we concluded that verb-subject order is not driven by the verb type and that the agreement mismatch observed in sentences with post-verbal subjects are due to the fact that the subject occurs in low position in the sentence.

Key words: Traditional grammar. Generative grammar. Verb-subject order. Verbal agreement.

LISTA DE TABELA

1. **Tabela 2a: Efeito do *tipo de verbo* na concordância verbo/sujeito de terceira pessoa plural - dados de 16 falantes do Rio de Janeiro da década de 00 do século XXI.** 35

LISTA DE SIGLAS

D: determinante

DP: sintagma determinante

GT: gramática tradicional

OVS: objeto-verbo-sujeito

PB: português do Brasil

PE: português europeu

SN: sintagma nominal

Spec: especificador

SV: sujeito-verbo

VOS: verbo-objeto-sujeito

VP: sintagma verbal

VS: verbo-sujeito

VSO: verbo-sujeito-objeto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ESTUDOS SOBRE A ORDEM VS NO PB	12
1.1 A posição do sujeito no PB	12
1.2 A visão da Gramática Normativa sobre a ordem VS no PB	14
1.3 A perspectiva gerativista sobre a ordem VS no PB	19
1.4 A ordem VS com verbos transitivos	24
1.5 Breves conclusões	26
2 A CONCORDÂNCIA ENTRE O VERBO E O SUJEITO PÓS-VERBAL	27
2.1 O sujeito posposto em estruturas com voz passiva	31
2.2 Dados variacionistas e a concordância com a ordem VS	34
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a ordem verbo-sujeito (VS) no português do Brasil (PB) têm evidenciado que este assunto deve continuar a ser pesquisado, devido à falta de consenso entre pesquisadores da área. Por um lado, linguistas, como Figueiredo Silva (1996), defendem que o sujeito só poderá ser posposto ao verbo se estiver em uma estrutura composta por verbos inacusativos. Outros, como Kato e Tarallo (2003), defendem que a inversão pode ocorrer com verbos inacusativos e inergativos. Os gramáticos (Almeida, Bechara e Cunha e Cintra, 2009) não apontam restrição, apenas normatizam o uso e apontam as circunstâncias em que é permitida a inversão do sujeito. Estudos gerativistas recentes (Pilati, 2002) mostram que a posição do sujeito depende de fatores outros que não apenas o tipo verbal, dada a comprovação de que o sujeito pós-verbal também é possível em estruturas com verbos transitivos.

Diante dessas possibilidades, o objetivo geral do presente trabalho é apresentar as propostas consagradas na área e cotejá-las com os estudos recentes a esse respeito. A análise em questão também tem como objetivo pesquisar as condições que permitem a concordância e a não concordância entre o verbo e o sujeito posposto.

Para alcançar os objetivos do trabalho, será realizada uma análise revisionista, mediante exposição e comparação das propostas, o que evidenciará seus pontos convergentes e divergentes, para que, assim, se possam entender os motivos que levaram às conclusões de cada uma das propostas analisadas.

No primeiro capítulo, serão estudadas as possibilidades apresentadas pela gramática normativa e pela teoria gerativa para as ocorrências da ordem verbo-sujeito no PB. Veremos que muitas das possibilidades apresentadas pelos gramáticos são estudadas e comprovadas pelos linguistas. Por exemplo, as gramáticas apontam as orações interrogativas como um dos possíveis fatores que privilegiam a ordem indireta (1a), e alguns linguistas da teoria gerativa defendem que construções com o elemento Qu- (1b) favorecem a ordem VS.

1. (a) A quem procura *e/le* enganar?

(b) Onde moram os meninos?

Ainda nesse capítulo, veremos que pesquisadores como Figueiredo Silva (1996) defendem a hipótese do caso partitivo; que Kato e Tarallo (2003) defendem a restrição da monoargumentalidade; e que, para comprovar que não há restrição verbal na ordem VS, Lobato (1988) e Pilati (2002) defendem que construções com verbos transitivos, em determinados contextos, também permitem a inversão do sujeito.

No segundo capítulo, serão apresentados estudos a respeito da concordância estabelecida entre o verbo e o sujeito pós-verbal. Por meio desses estudos serão analisadas as possibilidades de haver ou não concordância entre esses elementos. De acordo com a gramática normativa, o verbo deve sempre concordar com o sujeito. Já para a gramática gerativa, é possível o verbo não concordar com o sujeito em casos em que o sujeito passa a exercer a função de objeto do verbo, como defende a regra do rebaixamento, de Perlmutter (1976), de acordo com a qual o sujeito só exercerá função de objeto se a construção ocorrer com verbos inacusativos. Outra hipótese considerada é a de Decat (1983), que defende o apagamento da concordância entre o sujeito e o verbo nos casos em que há um tópico exercendo a função de sujeito da oração, o que acarretará a concordância entre o verbo e o tópico, e não com o sujeito real. As ideias de Figueiredo Silva (1996) vão ao encontro das acima citadas. Depois, serão apresentados estudos a respeito da concordância do sujeito posposto em estruturas com voz passiva e os dados variacionistas relativos a esse tipo de construção, seguidos da conclusão do presente estudo.

CAPÍTULO 1 – ESTUDOS SOBRE A ORDEM VS NO PB

1.1 A posição do sujeito no PB.

De acordo com as gramáticas da língua portuguesa, sujeito é um termo essencial da oração, que pode tanto funcionar como o agente da ação verbal quanto receber essa ação. Essas mesmas gramáticas definem verbo como o termo da oração que indica ação ou resultado de ação (estado). Há entre verbo e sujeito uma relação de dependência, devendo o verbo concordar com o sujeito, e não o contrário.

No PB, embora se aceite que o sujeito possa alternar sua posição na oração, é legítima a sua posição pré-verbal, dada a sua importância no que se refere à informação apresentada. Analisemos a oração a seguir:

1. (a) Os documentos chegaram.
- (b) Chegaram os documentos.

Do ponto de vista da informação dada acima, não se verificam alterações nas orações apresentadas, contudo a inversão mostra que, dependendo do contexto em que estão inseridas, as orações podem focalizar tanto o sujeito (1a) quanto a ação por ele exercida (1b). Sendo, via de regra, o sujeito o foco da oração, nada mais natural então que ele seja colocado no início da oração.

Quando se fala em colocação dos termos de uma oração, é comum que logo se pense na ordem Sujeito – Verbo – Complemento (SVC), que representa a ordem direta dos termos da oração. Caso se altere essa ordem, acontecerá a ordem indireta, ou seja, ocorrerá o deslocamento da posição dos termos da oração. Mas, para haver inversão sintática, há regras que devem ser seguidas para que ela não provoque alterações semânticas na oração. Às vezes, em decorrência da alteração na estrutura, certas orações podem ser consideradas agramaticais.

Da ordem SVC poderão surgir as mais diversas possibilidades, que dependerão, basicamente, da intenção do falante/escritor em destacar, ou não, determinado termo da oração. No presente estudo, será priorizada a inversão da

ordem sujeito-verbo, analisando-se os principais fatores que levam ao deslocamento do verbo para antes do sujeito da oração.

Primeiramente, é preciso esclarecer que esta análise, apesar de se ater à modalidade padrão da língua portuguesa, considera importante a influência do contexto em que as orações estão inseridas, visto que, se analisadas isoladamente, muitas das possibilidades da ordem verbo-sujeito não seriam possíveis no PB.

Nas próximas seções, vamos analisar as possibilidades da ordem verbo-sujeito no PB sob duas importantes perspectivas: a da gramática normativa e a da teoria gerativa. Serão apresentadas e discutidas as principais ocorrências do sujeito pós-verbal, que, como veremos, ocorre majoritariamente em construções com verbos intransitivos. Contudo, também será mostrado que é possível o deslocamento do sujeito para depois do verbo em orações construídas com verbos transitivos.

1.2 A visão da gramática normativa sobre a ordem VS no PB

Há diversos motivos para a ocorrência do sujeito pós-verbal, sendo o principal deles decorrente da necessidade de se enfatizar ou topicalizar a ação realizada (V) ou o sujeito da oração.

De acordo com Almeida (2009, §§ 793-804), é possível a inversão da ordem sujeito-verbo nos seguintes casos: (Exemplos do autor)

- a) quando se deseja chamar atenção especial ao sujeito da frase, deslocando-o para depois do verbo.

Se nenhum de vós quiser ir, *irei eu*.

Atrás do rei *vinham os fidalgos* da corte.

- b) quando se quer indeterminar, por meio do pronome *se*, a pessoa que pratica a oração.

Luta-se pela existência.

Ganha-se com dificuldade.

Nesses casos, a partícula *se* pode ser considerada, sintaticamente, o sujeito da oração.

- c) Em orações com sentido existencial, construídas com verbos *haver*, *ser*, *existir*.¹

Era uma vez um rei.

Existem naquela terra *povos de costumes diferentes*.

Em relação a essas orações, o autor ressalta que geralmente o verbo existencial vem antes do sujeito nas proposições que tenham a finalidade de destacar uma época em que se enquadram outros acontecimentos:

Quando fui eleito deputado, *era* presidente da república *um amigo*.

- d) em orações que determinam tempo, distância, peso, medida ou número.

¹ Nesse caso, não se trata de inversão da ordem verbo-sujeito, haja vista os verbos *haver* e *ser*, nesse sentido, serem impessoais e, portanto, não possuírem sujeito. O autor ressalta apenas o fato de essas orações serem iniciadas por verbo.

Faltam três laranjas para completar a dúzia.

- e) nas orações em que o predicado é expresso por uma das formas nominais do verbo (gerúndio, particípio e infinitivo).

Tendo o orador acabado de falar...

É tempo de falarem os fatos

- f) em orações interrogativas.

Que quer você?

A quem procura ele enganar?

Como soube ele de tal coisa?

Aqui, o autor ressalta que

é infundado dizer que nas orações interrogativas o sujeito deve pospor-se ao verbo. O que existe é o seguinte: interrogações em que se faz uso de algumas das palavras interrogativas *quem, que, quanto, como, por que, onde, quando* constroem-se de ordinário começando-se pela expressão interrogativa e enunciando-se depois do verbo seguido do sujeito, quando este não é pronome interrogativo. (ALMEIDA, 2009, §797)

- g) nas orações exclamativas e em certas expressões optativas (também consideradas exclamativas).

Quantas lágrimas amargas não verteu ela!

Como é triste a vida neste ermo!

Viva o soldado cumpridor do seu dever!

Morram os traidores!

- h) nos casos em que o verbo é modificado ou acompanhado de vários complementos, devendo-se priorizar (antecipar) o complemento mais importante.

Por amor ao filho lançou-se o pai ao rio.

Além dos casos previstos por Almeida (2009) para a ocorrência da ordem VS, há, ainda, importantes regras para a posposição do sujeito. Cunha e Cintra (2009: 177-80) acrescentam as seguintes possibilidades. (Exemplos dos autores)

- a) Nas orações absolutas construídas com o verbo no subjuntivo para denotar uma ordem, um desejo.

- *Chovam lírios e rosas no teu colo!*

- *Durma, de tuas mãos nas palmas sacrossantas,
O teu remorso.*

- b) Em orações em que o verbo está na passiva pronominal.

Formam-se bolhas na água.

- c) Em orações compostas por verbos do tipo *dizer, sugerir, perguntar, responder...* que geralmente compõem enunciados em discurso direto.

— Isso não se faz, moço, *protestou Fabiano.*

— Traz-se-lhe as duas coisas — *disse o Barão ...*

- d) Os verbos intransitivos podem, em princípio, sempre vir antepostos ao seu sujeito.

Desponta a lua. Adormeceu o vento, adormeceram vales e campinas.

Correm as horas, vem o sol descambando, refresca a brisa, e sopra rijo o vento. Não ciciam mais os buritis.

Cunha e Cintra concluem com a observação de que o pronome relativo sempre aparecerá no início da oração, “quer desempenhe a função de sujeito, quer a de objeto”.

Parece haver consenso entre os autores apresentados de que, embora haja tendência para a ordem verbo-sujeito nos casos apresentados, é perfeitamente possível, na maioria deles, a construção na ordem direta - SV. Em relação às inversões construídas com a passiva pronominal, Bechara (2009) ressalta que, dependendo da posição do verbo, o sentido da oração pode ser alterado, dada a possibilidade de o pronome se indicar ação ativa ou passiva do verbo. Por exemplo, na oração *Abriu-se a porta* (exemplo do autor, pág. 585), temos a voz passiva, em

que a porta está sofrendo a ação de ser aberta; já em *A porta abriu-se* temos a voz ativa, com o verbo pronominal indicando a ação exercida pela porta.

Outro ponto destacado por Bechara é que nas orações interrogativas a inversão do sujeito não acontecerá se a pergunta for retórica. Ex: O médico aconselhou esta dieta, e *você seguiu*? Nesse caso, realmente parece não haver motivo para a alteração da ordem, já que, uma vez invertida a posição do sujeito, a pergunta perderia o sentido. Vejamos: O médico aconselhou esta dieta, e *seguiu* você?

Nesse sentido, Rocha Lima (1997: 237) acrescenta que, se a oração interrogativa não começar com pronomes e advérbios do tipo *que, onde, quanto, como, quando e porque*, é natural que se siga a ordem SV, sendo o valor interrogativo identificado apenas pela pronúncia ascendente. É o que se pode verificar em perguntas do tipo: *Seu filho passou no exame? O navio chegará ainda hoje?*

Há ainda a possibilidade de inversão nas orações subordinadas substantivas subjetivas, dada a função de sujeito por elas exercida em uma oração. Para Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2009), a oração subjetiva geralmente aparece depois do verbo da oração principal: Parece *que vamos ter um belo dia de sol* (Cunha e Cintra, 2009: 180) / Consta *que o trem atrasou* (Bechara, 2009: 586). Em contrapartida, Almeida (2009: § 800) defende que o deslocamento é optativo, salvo nos casos em que são empregadas expressões como *é necessário, importa, cumpre*, as quais sempre serão empregadas em primeiro lugar.

Em relação às sentenças com verbo intransitivo, Rocha Lima (1997: 237) destaca que essa inversão é habitual e ocorre geralmente com verbos como *aparecer, chegar, correr, restar, surgir* etc. O autor atenta para o fato de que “o leitor pode interpretar como objeto direto o sujeito posposto”. Essa má interpretação ocorre devido à posição pós-verbal do sujeito, que, se considerada a ordem direta — SVO — tem-se o sujeito na posição de objeto. Por isso, o autor lembra que “ao analisar uma oração, a primeira coisa que se faz é examinar a natureza do verbo (transitivo/intransitivo) e, logo após, procurar o sujeito”.

Por fim, em relação à clareza das informações apresentadas em um enunciado, os autores convergem no sentido de que os limites devem sempre ser respeitados para que se preservem a natureza e o sentido da informação.

Levadas em conta as construções fundamentais de que a linguagem natural e espontânea não costuma afastar-se, é certo que para a estrutura oracional temos em português bastante liberdade. Esta, porém, é maior no verso, em que ocorrem certas transposições completamente estranhas não só ao falar comum, mas ainda ao discurso limitado. Alguns escritores abusaram da liberdade poética, a ponto de tornarem a linguagem obscura e quase ininteligível:

‘Ama a vivenda dos contrários ao fogo undosos rios a do rei potente a mimosa filha’
(= A filha mimosa do rei potente ama a vivenda dos rios undosos, contrários ao fogo).

‘Dos cem conto que há passado maléficos portentos’ (= Dos portentos maléficos sem conto que há passado). (ALMEIDA, 2009: § 804)

Dos exemplos trazidos pelos autores, percebe-se que os verbos utilizados são, em grande maioria, existenciais, de ligação e intransitivos. Note-se que os gramáticos não definem regras taxativas de que a ordem verbo-sujeito só pode acontecer com tal tipo de verbo, apenas apontam as possibilidades da inversão na língua portuguesa. Vejamos o que defende a teoria gerativa a respeito da ordem verbo-sujeito no PB.

1.3 A perspectiva gerativista sobre a ordem VS no PB

Há hipóteses significativas nessa perspectiva: Figueiredo Silva (1996) defende que a ordem verbo-sujeito ocorre apenas com verbos inacusativos², ou seja, aqueles que selecionam apenas argumentos internos, mas que não atribuem caso³ acusativo a um complemento. Outra é a hipótese da configuração apresentativa, na qual, para Nascimento (1984), *apud* Pilati (2002:48), “todas as frases com sujeito posposto devem ser consideradas frases existenciais”. Já para Kato e Tarallo (2003), “o PB é uma língua sujeita à monoargumentalidade, no entanto, pelo fato de ter perdido os clíticos de terceira pessoa, não pode esvaziar a posição de objeto e, conseqüentemente, não pode apresentar sujeitos pós-verbais”. Diante dessa hipótese, os autores afirmam que o sujeito pós-verbal ocorrerá em construções com verbos inacusativos apenas se houver um elemento à esquerda da oração, o que irá atrair o verbo. Esse elemento poderá ser um adjunto adverbial deslocado ou uma expressão interrogativa, chamada elemento Qu-.

Em contrapartida, Pilati (2002), ainda que reconheça que a inversão verbo-sujeito seja mais frequente com verbos inacusativos e na voz passiva, evidencia que a ordem verbo-sujeito no PB pode se dar com verbos transitivos (p.28), e não unicamente com inacusativos e ergativos. Para tanto, a autora apresenta contextos em que são aceitas e gramaticais as construções com esses verbos.

Para esclarecer os casos de inversão do sujeito no PB, Figueiredo Silva (1996) adota a proposta do caso partitivo, defendendo que todas as orações com verbos inacusativos que possuem como sujeito pós-verbal um NP definido são agramaticais. A autora mostra que orações com verbos existenciais (1), verbos inacusativos (2) e verbos na voz passiva (3) não admitem que o sujeito pós-verbal ocorra de forma definida. As orações assinaladas com (*) são consideradas agramaticais.

1 (a) Tem um homem no jardim.

(b) *Tem o homem no jardim.

² Verbo inacusativo: verbo que não atribui caso acusativo a um complemento, e cujo sujeito é interpretado como tema (papel temático); verbo ergativo. (Dic. Houaiss)

³ Caso: categoria gramatical que indica a função sintática de um sintagma nominal na frase, podendo ser expressa de três maneiras: a) pela posição do sintagma nominal na frase, b) por preposições, c) por flexão nominal. (Dic. Houaiss)

2 (a) Desapareceu um livro.

(b) *Desapareceu o livro.

3 (a) Foi morto um homem.

(b) *Foi morto o homem.

Apesar de defender essa proposta, Figueiredo Silva (*apud* Pilati, p.21) considera gramaticais certas orações em que o sujeito aparece posposto a verbos inergativos, como nos exemplos a seguir:

4 (a) Telefonou um cara aí para você.

(b) Viajou uma mulher supergorda do meu lado.

(c) *Tossiu/ estava tossindo um cara atrás de mim.

(d) *Espirrou/ estava espirrando um cara durante o filme.

Figueiredo Silva defende que existem verbos inergativos que estão sofrendo um processo de “ergativização” (= inacusativo), no qual os agentes do verbo são interpretados como tema e, por isso, podem ocorrer em sentenças com NP indefinido. Na “reanálise ergativa”, os argumentos externos de verbos inergativos como *viajar* e *telefonar* estão sendo interpretados pelos falantes como argumentos internos e recebendo caso partitivo.

Para Pilati, essa “reanálise” não é a proposta mais viável, dado que, dependendo do contexto, orações como (4c e d) — construídas com verbos inergativos e consideradas agramaticais por Figueiredo Silva — são gramaticais. Pilati explica ainda que “não há como separar os verbos inergativos em classes, como propõe Figueiredo Silva.” (p.27).

A teoria gerativa divide os verbos intransitivos em inacusativos — que selecionam apenas argumentos internos — e inergativos — que selecionam apenas argumentos externos. Assim, tendo os verbos inacusativos sujeitos com argumentos selecionados como objetos internos, eles são mais aceitáveis na ordem VS, ao passo que os inergativos, por selecionarem argumentos externos, não teriam a facilidade de ocorrer nessa ordem. É o que defendem Kato e Tarallo (2003), ao afirmar que os verbos inergativos que apresentam sujeitos pós-verbais são

precedidos de algum elemento à esquerda da oração, que pode ser tanto um sintagma adverbial quanto um elemento Qu-. De acordo com a hipótese de fronteamento do verbo, postulada pelos autores, a anteposição do verbo ao sujeito ocorre com verbos monoargumentais e é desencadeada por elementos como pronomes interrogativos, advérbios dêiticos ou NPs que ocupem a posição inicial da sentença. Ressaltam, ainda, que esse elemento não pode ser confundido com um complemento do verbo (objeto) e que o sujeito está em uma posição interna ao VP, sendo interpretado como o foco da sentença. Vejamos:

- 5 (a) *Ali moravam os meninos.*
 (b) *Onde moram os meninos?*

Outra hipótese de Kato e Tarallo é a da construção inacusativa, que obviamente é realizada com verbos inacusativos, em que o sujeito à direita do verbo é um argumento interno, portanto, o sujeito também faz parte do VP. Dado o fato de o verbo não poder atribuir caso ao NP, nesse caso, ele é interpretado como foco da oração.

- 6 *Apareceu um aluno.*

Ainda que a hipótese de Kato e Tarallo reflita a maioria dos casos de inversão do sujeito no PB, Pilati (2002: 35) constatou a ocorrência no PB de orações com “a ordem VOS, nas quais, apesar de o verbo apresentar um argumento interno realizado, há sujeito pós-verbal”. Para Pilati, essas estruturas são divididas em três tipos:

- a) Orações com verbo transitivo e sujeito não modificado por operador de foco. Os verbos aparecem geralmente no presente do indicativo e o sujeito pode ser tanto um NP (7 a-c) quanto um NP modificado por uma oração relativa (7d):

- 7 (a) *Tem a palavra a senadora Heloísa Helena.*
 (b) *Merece destaque a nova seção deste jornal.*
 (c) *Pega fogo a disputa eleitoral no São Paulo Futebol Clube.*
 (d) *Vence a partida quem permanecer no jogo depois que os demais forem desclassificados.*

- b) Orações com verbo transitivo em que o sujeito é modificado por operador de foco, como só, poderá ocorrer em posição pós-verbal e dentro da sentença:

8 Só responderam a chamada os alunos do fundão.

- c) Orações que contêm verbo-leve, que são aqueles cujo conteúdo semântico só será completo se esses verbos forem interpretados junto de seus argumentos:

9 (a) Tomou posse o ministro da agricultura.

(b) Também faz parte do programa a professora Renata Silva.

Com esses exemplos, Pilati conclui:

Portanto, pelo fato de todas as orações citadas nos exemplos apresentarem verbos que selecionam dois argumentos (um externo e um interno) e, não obstante isso, admitirem sujeitos pós-verbais, não se pode considerar que a restrição da monoargumentalidade seja uma característica geral da inversão do sujeito no PB. Apesar disso, não se pode negar que a inversão do sujeito com verbos em contextos monoargumentais seja a mais frequente na língua. (2002: 36)

Outra possibilidade de inversão com verbos transitivos é a inversão narrativa. Em sua dissertação, Pilati (p.72) defende que essas orações geralmente são ditas em contextos de narração concomitante ao acontecimento, como em um jogo de futebol (10a-b) ou em textos de noticiários jornalísticos (10c), nos quais o locutor/jornalista narra o fato ocorrido.

10 (a) Abre o placar o time do Palmeiras.

(b) Ergue o braço o juiz.

(c) Tomou posse o presidente do Sindicato dos Professores.

Pilati termina sua pesquisa afirmando que ainda há várias questões a serem respondidas em pesquisas futuras, entre elas está o questionamento de por que as inversões com verbos semanticamente leves são mais aceitas que as com verbos transitivos.

Em relação ao fato de a classificação dos verbos ser fator que limita a possibilidade de inversão do sujeito, Lobato (1988, *apud* Pilati, 2002) afirma que “o movimento do verbo no PB é um fenômeno estritamente sintático, limitado pela

interpretação semântica da construção — e, em consequência, não pelo tipo de verbo”, devendo, contudo, a limitação semântica ocorrer apenas após a construção sintática. Para a autora, na modalidade escrita padrão, a inversão pode, ainda, ser feita com o deslocamento de verbos ou de auxiliares flexionados, como mostram os exemplos a seguir:

- 11 (a) Estão eles inventando moda?
- (b) Tem João procurado nos ajudar?
- 12 (a) Deve a universidade aceitar essa proposta?
- (b) Podem as universidades continuar a arcar com essas despesas?

Então, se considerarmos que os aspectos semânticos decorrem das construções sintáticas, podemos afirmar que a ordem verbo-sujeito em sentenças com verbos transitivos que sejam carregadas de sentido (semântica) é possível no PB. Vejamos os exemplos retirados de jornais de grande circulação (13a,b e c) e de Lobato (1988) (13d):

- 13 (a) No sistema operacional, encontram-se o estoque de imóveis do Fundo e o controle do Programa.
- (b) Belos livros escreveu Machado de Assis.
- (c) Responderam os filhos aos pais.
- (d) Noticiaram os jornais a queda do dólar.

No exemplo (13a) temos uma construção com verbo transitivo na voz passiva, o que parece ser mais aceito pelos estudos gerativistas. Nos demais exemplos, verificamos que o deslocamento do sujeito para depois do verbo transitivo não acarretou prejuízos semânticos. Em 13b, temos a ordem OVS, e, em 13c e d, VSO.

1.4 A ordem verbo-sujeito com verbos transitivos

Nesta seção, consideraremos as análises de Pilati (2002, 2004 e 2006) e de Lobato (1988) para mostrar que são possíveis construções invertidas com verbos transitivos. Vale lembrar aqui a observação de Lobato, ao afirmar que a inversão é “um fenômeno sintático limitado pela interpretação semântica da construção”.

A seguir, são apresentadas orações com a ordem verbo-sujeito formadas por verbos transitivos, retiradas de Pilati (2004), em um estudo posterior à sua dissertação. Para a autora, a inversão do sujeito em estruturas com verbo transitivo é considerada gramatical nos seguintes casos: a) inversão do sujeito em sentenças com verbos transitivos e objetos manifestos (14); b) a ordem VSO em PB é muito mais restrita que a ordem VOS (15); c) as orações com verbos transitivos e sujeitos pós-verbais podem ser separadas em dois grupos: i) orações com predicados contendo verbos-leves (16) e ii) orações com predicados previsíveis: narrações concomitantes (17) e contextos informativos (18). Vejamos os exemplos:

14 Hoje tomou posse o novo ministro da Cultura.

Essa possibilidade vai de encontro à restrição da monoargumentalidade, proposta por Kato e Tarallo (2003), que defende que não são possíveis construções com mais de um argumento manifesto em posição pós-verbal. Assim, Pilati (2002) nos mostra que, mesmo com dois argumentos depois do verbo, a sentença (14) é gramatical.

15 (a) Tomou posse o ministro

(b) *Tomou o ministro posse.

Nesse caso, a restrição da monoargumentalidade também não é suficiente. Pilati (2002) percebeu que a ordem VSO no PB ocorre com menos frequência que a ordem VOS, “pois se o problema do PB em relação à ordem verbo-sujeito fosse apenas o número de argumentos selecionados seriam sempre agramaticais tanto as orações com ordem VSO quanto as orações com ordem VOS” (15b e 15a, respectivamente)

16 (a) Hoje participará do debate o senador Cristóvam Buarque.

(b) Pela primeira vez, assume a presidência um operário.

Pilati (2004) compara as estruturas com verbos-leves às orações com verbos inergativos, dado que geralmente essas estruturas são licenciadas em contextos em que há, à esquerda da oração, um elemento adverbial (16a), palavra Qu- ou operador de foco (16b).

17 (a) Chuta a bola o jogador do flamengo.

(b) Abre o placar o time do Palmeiras.

(c) Ergue o braço o juiz.

Nessas estruturas (17a, b, c), narra-se um fato que é considerado previsível, “pelo fato de haver um número relativamente restrito de possibilidades de atos dentro de uma partida de futebol”, que facilita a inversão do sujeito no momento da fala.

18 (a) Vence a partida o jogador que obteve mais pontos.

(b) Podem participar do concurso candidatos com mais de 18 anos.

Os predicados acima (18a, b) também são considerados previsíveis, dado o fato de “ocorrem em contextos em que o conteúdo do VP já foi mencionado, é retomado no contexto e tem como sujeito uma oração relativa, como em instruções de jogos ou ainda em textos que passam algum tipo de instrução” (Pilati, 2004).

Assim, diante das possibilidades apresentadas por Pilati (2002, 2004), pode-se afirmar que há dois padrões de comportamento em relação à ordem verbo-sujeito no PB: inversão “livre” para orações com verbos inacusativos, e inversão restrita se o verbo for inergativo ou transitivo.

Dessa forma, vimos que o licenciamento da ordem verbo-sujeito no PB parece não estar relacionado apenas ao tipo de verbo (inacusativo, inergativo, intransitivo ou transitivo), mas a outros fatores, que podem estar relacionados tanto a aspectos sintáticos, quanto ao contexto e à interpretação semântica das sentenças, como explica Pilati (2004):

Uma característica que parece estar presente em todas as orações com ordem VOS, com exceção das proferidas em narrações concomitantes, é a presença de objetos que não se referem a itens concretos. Nas orações com verbos-leves, por exemplo, os objetos são: *posse*, *debate*, *fogo*, *destaque*, *parte*, *palavra*, *governo*, *presidência*, *atenção*. Palavras como *fogo* e *palavra*, no contexto em que são usadas, também não se referem a itens concretos: *Pega fogo a disputa eleitoral* e *Tem a palavra a Senadora Heloísa Helena*. Portanto, uma hipótese que pode ser levantada em relação às características necessárias a um VP para que licencie a ordem VOS no PB é que este deve conter um objeto que não se refira a um item concreto. Essa hipótese parece explicar, por exemplo, porque é gramatical a estrutura ‘Hoje tomou posse o ministro’, e é agramatical ‘Comeu o bolo o Alexandre’.

1.5 Breves conclusões

Neste capítulo, vimos as possibilidades de inversão do sujeito de acordo com a gramática normativa e a teoria gerativa. Constatamos que, apesar de as análises seguirem vieses diferentes, elas defendem, basicamente, que a inversão do sujeito é um fenômeno possível no PB, mas deve respeitar aspectos sintáticos e contextuais para ser legítima.

No próximo capítulo, será analisada a concordância estabelecida entre o verbo e o sujeito a ele posposto.

CAPÍTULO 2 - A CONCORDÂNCIA ENTRE O VERBO E O SUJEITO PÓS-VERBAL

Neste capítulo, trataremos a questão da concordância verbal com sujeito posposto sob a perspectiva gerativista e da gramática tradicional. Contudo, é relevante ressaltar que, nesse tipo de análise, são indispensáveis estudos variacionistas como o de Marta Scherre, Anthony Naro e Caroline Cardoso (2007), que discutem o emprego do tipo de verbo no PB, “comparando resultados de categorização dos verbos numa linha mais tradicional com categorização dos verbos numa linha mais gerativa”.

De acordo com a gramática tradicional, o verbo sempre deverá concordar com o sujeito, independentemente de sua posição na oração. É como nos ensina Almeida (2009, § 709), ao afirmar que é o verbo que deve concordar com o sujeito, “por que o verbo é que dependente do sujeito, e não o contrário”. Até então, essa regra parecia ser inquestionável. No entanto, estudos gerativistas apontam que a inversão da ordem SV pode acarretar alteração na classificação dos termos da oração. Para Perlmutter (1976), que defende a posposição apenas com verbos inacusativos, o sujeito à direita do verbo em estruturas intransitivas sofre uma regra de rebaixamento, o que o faz assumir, então, a posição de objeto da oração, visto que o verbo apresenta apenas um argumento. Nesse caso, a concordância entre o sujeito posposto e o verbo é desfavorecida, uma vez que entre o verbo e seu objeto não precisa haver concordância.

19 (a) Chegaram as cartas

(b) Chegou as cartas

Em (19a), a relação entre o sujeito “as cartas” e o verbo inacusativo “chegar” resulta em concordância; o que não se percebe em (19b). Em ambas as sentenças, o verbo seleciona um argumento que aparece à sua direita.

Para Decat (1983), quando o sujeito está posposto, a concordância passa a ser opcional, havendo a possibilidade de apagá-la completamente. A pesquisa de Decat (*apud* Kato, 1989), embasada em dados da fala e da escrita do PB, mostra que nem sempre o sujeito determina concordância (20) e que a concordância do verbo ocorre frequentemente com o tópico da oração (21):

20 (a) Saiu as notas de matemática.

(b) Não existe duas línguas exatamente iguais.

21 (a) Minhas gavetas não cabem mais nada.

(b) As minhas canetas acabaram a tinta.

(c) Os meninos cresceram a barba.

(d) Será que não podemos construir uma escada onde a subida caiba todos nós juntos?

A autora explica que, nas orações com SN posposto (20), os SNs perdem sua posição de sujeito, ao passo que, nas orações em que o SN está anteposto (21), os tópicos — “minhas gavetas”, “as minhas canetas”, “os meninos”, “uma escada” — assumem a posição de sujeito.

Figueiredo Silva e Costa (2006) também defendem a possibilidade de não concordância entre o verbo e o sujeito a ele posposto. Em pesquisa sobre a concordância verbal no português, os autores apontam duas possibilidades no PB: o PB1, no qual não há concordância internamente ao DP, embora haja concordância entre o sujeito e o verbo — *Os carro ‘tão lindo*; e o PB2, no qual não há nem concordância interna ao DP nem concordância entre o sujeito e o verbo — *Os carro ‘tá lindo*. No que diz respeito à concordância na ordem verbo-sujeito, os autores são taxativos ao dizer que no PB, diferentemente do PE, a inversão é impossível com verbos transitivos e inergativos. Só haverá essa possibilidade com verbos inacusativos:

em PB1 sujeitos invertidos não concordam – concordância com o sujeito invertido é sentida pelos falantes como uma operação requintada, acessível apenas àqueles que sabem falar ‘o bom português’ (algo como a norma do PE). (Silva e Costa, 2006):

22 (a) ?? Queimaram umas floresta.

(b) Queimou umas floresta.

O PB2 difere significativamente do PB1. Não há concordância de número entre o sujeito e o verbo em nenhum contexto, nem com verbos transitivos e inergativos na ordem SV nem com os verbos inacusativos em qualquer ordem:

23 (a) *Os menino comeram o doce

(b) Os menino comeu o doce

(c) * Os meninos tossiram

(d) Os menino tossiu

24 (a) *Queimaram umas floresta

(b) Queimou umas floresta

(c) *Umas floresta queimaram

(d) Umas floresta queimou

Dessa forma, de acordo com a autora, percebemos que: tanto em PB1 quanto em PB2 o número dentro do DP é marcado ou no núcleo D ou em todos os elementos pronominais; em PB1 há concordância entre sujeito-verbo exceto no caso de sujeitos invertidos; e em PB2 não há concordância de número entre o sujeito e o verbo.

Assim, podemos concluir que, quando o sujeito não aparece como tópico da oração ou então não é o ser de quem se diz alguma coisa, o usuário da língua o identifica como complemento do verbo, ainda que haja outro termo que ocupe a posição inicial da oração, como adjuntos deslocados, por exemplo. Daí pode-se explicar a classificação do sujeito posposto como sendo o objeto do verbo.

Fecharemos esta seção apresentando a visão da gramática tradicional a esse respeito. Como já era de se esperar, as ideias dessa gramática vão de encontro às da gerativa. Isso ocorre principalmente porque a gramática tradicional só considera a norma padrão da língua, o que reduz a capacidade de comparar suas propostas com as da gramática gerativa, que considera, além de dados da norma padrão, os aspectos da língua falada em seus estudos.

Almeida (2009 § 653) defende que a lógica da gramática assim exige: “o sujeito não pode depender de nenhum termo da oração”. Dessa forma, sendo o sujeito “aquilo de que se declara alguma coisa, ele poderá ter complemento, mas nunca ser complemento”. Percebemos, com a declaração do gramático, que não

haveria espaço na GT para a hipótese do rebaixamento, de Perlmutter (1976). De acordo com as gramáticas, a única possibilidade de o sujeito exercer outra função na oração é quando há a voz passiva, mas, mesmo nesse caso, haverá sujeito explícito na oração.

2.1 – O sujeito posposto em estruturas com voz passiva

Nesta seção, consideraremos os estudos de Paixão e Cavalcante (2011) a respeito das construções com SE-passivo. As autoras afirmam que são passivas “as construções com SE de verbo transitivo direto com concordância com o argumento interno plural”. O estudo aborda a concordância e a checagem de Caso nesse tipo de construção, “uma vez que o DP argumento interno é analisado como um sujeito e pode estar ou na posição de sujeito ([Spec, T]), ou coindexado a ela”. O estudo, por outro lado, levanta uma questão relativa à posição do sujeito, dado que o argumento determinante em posição pré-verbal em estruturas passivas não apresenta comportamento semelhante ao de um típico sujeito.

As autoras citam a proposta de Raposo e Uriagereka (1996, *apud* Paixão e Cavalcante, 2011) para o PE como uma solução para esse problema: Segundo Raposo e Uriagereka, as construções de SE com verbos transitivos que apresentam concordância com seu argumento interno plural (25) — denominadas SE-indefinido —, são na verdade estruturas ativas, como são as construções sem concordância (26) — denominadas SE-genérico— e não se trata, neste caso, de SE-passivo:

25 (a) Ontem compraram-se demasiadas salsichas.

(b) Essas salsichas compraram-se ontem.

26 (a) Compra-se sempre salsichas no talho Sanzot.

A ideia central que defendem os autores para explicar que a estrutura não é passiva é a de “que o DP argumento interno não está na posição sujeito, tampouco ligado a uma categoria vazia nessa posição”. Dessa forma, para explicar as relações de concordância nessas estruturas, a análise dos autores divide-se em duas partes: na primeira, são levantados dados empíricos para provar que o sintagma determinante não se comporta como um sujeito e, na segunda, se valendo da Teoria de Checagem de traços (Chomsky 1995), eles demonstram como se dá a concordância. Assim, eles mostram que “o DP, quando movido da posição de objeto, ocupa, na realidade, uma posição na periferia esquerda da sentença, uma posição de tópico”. Para tanto, eles esclarecem que “em sentenças infinitivas complementos

de predicados adjetivos, um sujeito lexical pode ocupar a posição pré-verbal, tanto numa sentença ativa, quanto passiva” (27), ao passo que nas construções com SE-indefinido o DP ocupa exclusivamente a posição pós-verbal (28), “o que pode indicar que esse DP não está na posição de sujeito”:

27 (a). Vai ser difícil os tribunais aceitarem os documentos.

(b). Vai ser difícil os documentos serem aceites.

28 (a) Vai ser difícil aceitarem-se os documentos.

(b) * Vai ser difícil os documentos aceitarem-se.

Há ainda dados que mostram que o DP anteposto nas construções com SE-indefinido não exerce a função de sujeito, mas, sim, de tópico, como acontece com orações reduzidas de infinitivo que exercem a função de complemento de verbos epistêmicos, conforme a seguir:

29 (a) Eu penso terem os soldados fuzilado os presos.

30 (a) * Eu penso terem-se os presos fuzilado.

(b) Eu penso terem os presos sido fuzilados.

31 (a) Eu penso terem sido fuzilados os presos.

(b) Eu penso terem-se fuzilado os presos.

O exemplo (29) mostra que um DP sujeito pode ocorrer à direita do verbo auxiliar, que no caso em questão, sobe para um núcleo acima de tópico. Já o DP na construção SE-indefinido não pode ocorrer nessa posição, ao passo que o DP sujeito de uma passiva pode, como mostra o contraste em (30). Como (31) mostra, o DP argumento interno pode ocorrer na posição de objeto, tanto nas construções passivas, quanto na de SE-indefinido.

Para corroborar que o DP anteposto ao verbo nas construções com SE-indefinido não ocupa a posição de sujeito, mas sim uma posição de tópico e se comporta como um tópico, Raposo e Uriagereka utilizam os seguintes contrastes:

32 (a) Consultaram-se os especialistas durante a operação.

(b) Os especialistas consultaram-se durante a operação.

(c) Em que momento da operação os especialistas se consultaram?

A oração (32a) recebe uma leitura indefinida; (32b) é ambígua entre uma leitura indefinida ou recíproca; e, em (32c), só é possível a leitura reflexiva ou

recíproca, dada a retirada da certeza do momento em que a ação foi realizada. Para Paixão e Cavalcante, “isso indica que uma leitura recíproca/reflexiva está associada à posição de sujeito, uma vez que o adjunto ocorre numa posição mais à esquerda do sujeito”.

Paixão e Cavalcante (2011:159) concluem:

Essa análise dá conta, portanto, da concordância entre o verbo e seu argumento interno plural, sem postular que o DP esteja na posição sujeito ou ligado a ela. Na verdade, o elemento que ocupa a posição [Spec, T] é o SE, como o SE-nominativo ou SE-genérico (das construções sem concordância).

2.2 – Dados variacionistas e a concordância com a ordem VS

O trabalho em questão não estaria completa se não fossem abordados os estudos variacionistas de Marta Scherre, Anthony Naro e Caroline Cardoso, que dedicaram diversos trabalhos a esse tema. Os estudos dos autores baseiam-se principalmente em dados da fala no PB.

De acordo com Scherre, Naro e Cardoso (2007:3),

os resultados obtidos por análises variacionistas com apoio quantitativo evidenciam que o tipo de verbo ou não se mostra estatisticamente relevante para o entendimento da variação da concordância de número plural no PB ou não apresenta resultados interpretáveis na linha da hipótese inacusativa, considerando ou não o conjunto mais amplo de dados na análise, a saber, orações com sujeitos expressos e não expressos.

Na pesquisa, Scherre, Naro e Cardoso (2007) coletaram mais de 1.200 construções relevantes para explicar o processo de concordância verbal na língua portuguesa. Entre os tipos de verbo utilizados na pesquisa, estão: verbos transitivos com sintagma nominal e/ou sintagma preposicional complemento superficialmente expresso; verbos transitivos com oração desenvolvida; verbos transitivos com complemento clítico; verbos transitivos com complemento recuperado pela sintaxe ou pelo discurso; verbos intransitivos; verbos auxiliares modais; verbo auxiliar *ir* mais infinitivo; verbos auxiliares - *estar*, *ficar*, *ir*, *ter*, *haver* - mais gerúndio ou particípio; verbo de ligação e auxiliar de passiva; verbo *ser* impessoal seguido de predicativo; e verbos existenciais e impessoais. Os estudos comprovaram que as construções com verbos impessoais e existenciais privilegiam a ordem verbo-sujeito, dado que apenas uma oração, das dezesseis apresentadas, estava na ordem direta – SV. No entanto, as relações de concordância entre o verbo e o sujeito posposto não foram percebidas em muitos dos casos apresentados. A tabela a seguir mostra os números relativos ao efeito que os tipos de verbo exercem na concordância das construções analisadas:

Tabela 2a: Efeito do *tipo de verbo* na concordância verbo/sujeito de terceira pessoa plural - dados de 16 falantes do Rio de Janeiro da década de 00 do século XXI

Tipo de verbo	Frequência de concordância	Peso relativo dos fatores por nível (N) de análise						
		N1	N2 Par.	N3 Par. disc.	N4 Traço orac.	N5 Sali. sem.	N6 Fal. fônica	N7 Pos.
1) Transitivo com SN e/ou SPrep explícito	234/282 = 83%	0,52	0,52	(0,49)	(0,45)	(0,49)	(0,51)	(0,53)
2) Transitivo com oração desenvolvida	30/ 33 = 91%	0,69	0,66	(0,58)	(0,54)	(0,61)	(0,48)	(0,49)
3) Transitivo em perífrase infinitiva	39/ 43 = 91%	0,68	0,67	(0,62)	(0,59)	(0,66)	(0,68)	(0,70)
4) Transitivo com clítico	21/ 25 = 84%	0,54	0,52	(0,54)	(0,55)	(0,59)	(0,61)	(0,61)
5) Transitivo com complemento recuperado pela sintaxe ou pelo discurso	84/ 97 = 87%	0,59	0,58	(0,54)	(0,49)	(0,55)	(0,54)	(0,52)
6) Transitivo Intransitivizado	92/115 = 80%	0,47	0,50	(0,48)	(0,42)	(0,49)	(0,52)	(0,49)
7) Intransitivo	136/184 = 74%	0,39	0,41	(0,41)	(0,43)	(0,44)	(0,47)	(0,50)
8) Auxiliar modal	23/ 25 = 92%	0,72	0,64	(0,63)	(0,63)	(0,71)	(0,60)	(0,61)
9) Auxiliar +ndo/-do	65/ 76 = 86%	0,57	0,54	(0,55)	(0,55)	(0,49)	(0,48)	(0,49)
10) Auxiliar ir+infinitivo	49/ 62 = 79%	0,46	0,47	(0,45)	(0,44)	(0,32)	(0,30)	(0,30)
11) Ligação e auxiliar de passiva	200/235 = 85%	0,56	0,56	(0,58)	(0,62)	(0,55)	(0,54)	(0,55)
12) Impessoal predicativo	40/ 65 = 62%	0,26	0,26	(0,40)	(0,55)	(0,46)	(0,42)	(0,32)
13) Existencial e impessoal não-predicativo	6/ 20 = 30%	0,09	0,09	(0,16)	(0,22)	(0,26)	(0,19)	(0,13)
Total	1019/1262 = 81%							
Significância		0,006	0,032	0,658	0,668	0,861	0,810	0,949

(Scherre, Naro, Cardoso, 2007:12)

Os autores constataram que, em relação às construções com a ordem SV, sujeito à esquerda e próximo do verbo favorece concordância; sujeito à esquerda distante ou com *que* relativo desfavorece concordância, se comparado internamente ao efeito do sujeito à esquerda e próximo ao verbo; sujeito zero próximo desfavorece concordância e sujeito zero distante a favorece.

No que diz respeito às construções em que o verbo está à direita, os autores concluem:

A respeito da variável posição à direita, é importante enfatizar que não é apenas o sujeito tradicional que desencadeia a possibilidade de marca no verbo, desfavorecendo-a relativamente. Sintagmas à direita do verbo, interpretados ou não como sujeito, podem possibilitar a presença de marca de plural no verbo, especialmente nos casos de *ser* + *predicativo*: **eram**

mais homens/são doze horas. [...] as construções com sujeito à direita do verbo apresentam 26% de verbos com marca explícita de plural, sendo a média global de concordância da ordem de 73%. Os dados de *ser + predicativo* [...] apresentam 47% de verbos com marca explícita de plural, ou seja, em termos de frequências brutas, evidenciam mais concordância plural do que os próprios tradicionais sujeitos pospostos (*chegaram duas colegas aqui/ganhô essas duas mininas*). E, embora a concordância seja bem mais baixa nas construções com sujeito ou sintagma à direita do verbo, ainda não existe categoricidade de não concordância neste ambiente. (Scherre, Naro, Cardoso, 2007:22-3)

Há, ainda, o fato de que a presença da marca de plural é favorecida pela maior saliência do verbo e pelo traço humano do sujeito ou do sintagma, mesmo que estejam em um ambiente sintático desfavorável à concordância plural e favorável à interpretação do sujeito como argumento interno, ou complemento, do verbo. É o que se pode confirmar com os exemplos dos autores em relação aos verbos plurais com sintagmas nominais à sua direita:

33 a. Passaram *dois anos*

b. Olha, até aqui chegaram os *duzentos pneus*

c. Apareceram *trinta velhinhos*

d. Vieram os *dois* pra casá aqui

e. Que num *vão cem velhos*

f. Só valem as *garotas*

g. Tinham *dois* na mesma carteira

h. E dançaram as *duas*

i. Já esgotaram os *ingressos*

j. Já acabou *minha prova todinha*

Portanto, o trabalho de Scherre, Naro e Cardoso (2007) evidenciou que, ainda que existam estruturas que favoreçam a marca de plural, a posição do sujeito à esquerda favorece mais marcas explícitas de plural do que a posição à direita, tanto para os dados da concordância verbal quanto para os da concordância nominal, independentemente do nível de escolarização dos falantes.

CONCLUSÃO

Neste estudo, apresentamos as teorias a respeito da ordem verbo-sujeito no PB. Vimos que, apesar de ela ocorrer principalmente em sentenças construídas por verbos intransitivos, ou inacusativos e ergativos, como denominam os gerativistas, é possível que ela ocorra também com verbos transitivos.

Iniciamos a pesquisa abordando os aspectos que levam à ordem verbo-sujeito no PB, passando pelas normas estabelecidas nas gramáticas tradicionais e pelos estudos gerativistas realizados com o intuito de explicar as relações sintáticas que levam ao deslocamento do sujeito em uma sentença. Após esses esclarecimentos, passamos a resenhar o comportamento do sujeito posposto com relação à concordância estabelecida entre ele o verbo da oração em estruturas VS, VOS, VSO, OVS e passivas.

A monografia foi estruturada em dois capítulos: o primeiro, a respeito da ordem verbo-sujeito no PB, apresentou a visão da gramática tradicional e da gramática gerativa acerca dessa ordem. Na primeira seção desse capítulo, foi apresentado um breve resumo acerca da colocação dos termos da oração. Na segunda seção, vimos que a gramática dita as circunstâncias em que será possível deslocar o sujeito da oração para depois do verbo, sendo a ênfase o principal motivo para essa inversão sintática. Também são fatores que desencadeiam a posposição do sujeito a indeterminação por meio do pronome *se*; as estruturas formadas por verbos existenciais; as orações interrogativas; as orações com a passiva pronominal; e, por fim, as orações com verbos intransitivos. Nesses aspectos, as regras da gramática normativa convergiram com os estudos da gramática gerativa. Como mostramos nas seções subsequentes desse primeiro capítulo, os estudos gerativistas consideram como principais ocorrências da ordem verbo-sujeito as estruturas com verbos inacusativos — de comportamento semelhante aos verbos intransitivos —; as estruturas com verbos existenciais; com a voz passiva; e com verbos inacusativos antecidos de elementos atrativos do verbo, como elementos *Qu-* — que não mais são que expressões interrogativas.

Assim, podemos perceber que as previsões da gramática tradicional, em muitos casos, refletem as comprovações da teoria gerativa. A diferença é que a

gramática gerativa analisa as estruturas internas da sentença, destrinchando-a sintaticamente e a gramática tradicional restringe-se a apenas normatizar o uso das estruturas. Enquanto Figueiredo Silva (1996) analisa a ocorrência do sujeito pós-verbal, Cunha e Cintra (2009), por exemplo, limitam-se a dizer que a inversão do sujeito *pode* ocorrer com verbos intransitivos.

A seção 1.4 desse capítulo apresentou a comprovação da possibilidade de inversão em orações construídas com verbos transitivos. Os estudos de Pilati (2002, 2004) atestam que as hipóteses de restrição verbal, embora sejam mais frequentes no PB, não devem ser determinantes: a hipótese inacusativa foi confrontada por meio de diversos exemplos com verbos transitivos, como, por exemplo, *Ergue o braço o juiz*, e a restrição da monoargumentalidade foi confrontada pela autora por meio da oração *Hoje tomou posse o novo ministro da Cultura*, que apresenta dois argumentos manifestos em posição pós-verbal. Diante das comprovações de Pilati, concluiu-se que o licenciamento da inversão do sujeito não está relacionado apenas ao tipo de verbo, devendo ser considerados fatores como a presença de objetos que não se referem a itens concretos.

No segundo capítulo, apresentamos uma breve revisão dos estudos acerca da concordância verbal nos casos em que o sujeito é posicionado à direita do verbo. Vimos que as hipóteses de Perlmutter (1976) e Decat (1983) defendem a alteração sintática do sujeito posposto, que assume a função de objeto do verbo (Perlmutter) ou de tópico da oração (Decat), o que acarretaria a ausência de concordância nessas estruturas. Essas hipóteses contrariam as normas da gramática normativa, para as quais, como foi visto no primeiro capítulo, o verbo, ainda que ocupe a posição inicial da oração, sempre deverá concordar com o sujeito, ou seja, o sujeito, mesmo em posição pós-verbal, continuará exercendo sua função na oração: a de sujeito.

A seção 2.1 desse capítulo analisou as formas de concordância verbal nas estruturas construídas com a voz passiva. É significativa a visão de Raposo e Uriagereka (1996) ao afirmarem que as orações com verbos transitivos seguidos da partícula *se* que apresentam concordância com seu argumento interno plural (o sujeito) são, na verdade, estruturas ativas, e não passivas, o que, nesse caso, pode levar à ausência de concordância entre o verbo e o sujeito. Eles explicam que quando o sintagma determinante sai da posição de objeto, para o início da oração,

ele passa a ocupar uma posição de tópico. Nesse caso, de acordo com a teoria de Decat (1983), o apagamento da concordância é possível nas sentenças em que o tópico assume a posição inicial.

Na seção 2.2, nosso objetivo foi descrever, com base na sociolinguística variacionista, os fatores que levam à inversão do sujeito na oração e, conseqüentemente, o comportamento do sujeito posposto em relação à concordância verbal. Nessa perspectiva, as ideias acerca da tipologia verbal estão em consonância com as de Pilati. Os estudos quantitativos mostram que o tipo de verbo não é estatisticamente relevante para o entendimento da variação da concordância verbal e também que não apresenta resultados interpretáveis na linha da inacusatividade. Scherre, Naro e Cardoso (2007) mostram que o sujeito posicionado à direita do verbo, independentemente do tipo, desfavorece a concordância. Mostram, ainda, que não é apenas o sujeito, mas sintagmas à direita do verbo geralmente favorecem a ausência de concordância.

Por fim, os trabalhos resenhados nesta pesquisa puderam comprovar que não restam dúvidas de que a ordem verbo-sujeito é mais favorável se construída com verbos inacusativos (ou intransitivos). Entretanto, não se pode afirmar categoricamente que o licenciamento da ordem verbo-sujeito decorra unicamente deste fator. Pode-se afirmar que, independentemente do tipo do verbo, qualquer forma de inversão dos termos de uma oração diminuirá as possibilidades de concordância.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. 2009. Gramática Metódica da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva.
- BECHARA, Evanildo. 2009. Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna/Nova Fronteira
- BERLINCK, Rosane A. A construção VS no português do Brasil: Uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F (org.). Fotografias sociolinguísticas. 1ª ed. Campinas: UNICAMP, 1989, p. 95-112.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. 2009. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexicon.
- DECAT, M.B.N. Concordância verbal, topicalização e Posposição de Sujeito. Ensaios Linguísticos, v. 9, p. 9-48, 1983.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C e COSTA, João. Notas sobre a concordância verbal e nominal em português. Estudos Lingüísticos XXXV, p. 95-109, 2006. In: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/jc,mcfs.pdf>>
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas. Campinas : Ed. da UNICAMP, 1996.
- KATO, M. A. 2000. A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil. Fórum Linguístico 2.1: 92-127.
- KATO, M e TARALLO, Fernando. (2003) 'The loss of VS syntax in Brazilian Portuguese' In: Schlieben-Lange, Villaça Koch, Jungbluth (orgs.) Dialog zwischen den Schulen. Münster: Nodus Publikationen.
- LOBATO, L. M. P. Sobre a regra de anteposição do verbo no português do Brasil. D.E.L.T.A., 4 (1), 1988
- PAIXÃO, Maria Clara e CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 153-167, 2011.
- PERLMUTTER, D (1976) Evidence for Subject downgrading in Portuguese. In: Schmidt-Ratefeld, J. (ed.). Readings in Portuguese Linguistics. Amsterdam North Holland, p. 93-138.
- PILATI, Eloísa Nascimento Silva. 2002. Sobre a ordem Verbo-Sujeito no Português do Brasil. Brasília: Dissertação de Mestrado, UnB.

_____. 2004. Considerações sobre sujeitos pós-verbais em português do Brasil, francês e italiano. In: <geocities.ws/gt_teor_da_gramática/index_arquivos/download/anpoll_2004_eloisa_pilati.doc>.

_____. 2006. Aspectos sintáticos e semânticos das orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil. Brasília: Tese Doutorado, UnB.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da Rocha. 1997. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio.

SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In Ruffino, Giovanni (org.) *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509-523, 1998. In: <<http://www.ai.mit.edu/projects/dm/bp/scherre-naro98.pdf>>.

_____. Restrições Sintáticas e Semânticas no Controle da Concordância Verbal no Português. (mimeo).

SCHERRE, M.M.P; NARO, A.J; CARDOSO, C.R. O Papel do tipo de verbo na concordância verbal no Português Brasileiro. DELTA [online]. 2007, vol.23, n.spe. ISSN 0102-4450. < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502007000300012>>.